

# REINSERÇÃO LABORAL DE SEGURADOS DO INSS REABILITADOS É BAIXA

Avaliação do Serviço de Reabilitação Profissional identifica desafios estruturais e operacionais que limitam a efetividade da política



Cerca de 9% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência. Esse grupo apresenta indicadores de escolaridade e participação laboral significativamente piores em relação ao restante da população. Uma das políticas para amenizar o problema é o Serviço de Reabilitação Profissional, do INSS. Uma avaliação do CMAP identificou que menos da metade dos reabilitados retorna ao mercado de trabalho. Além disso, há fragilidades no monitoramento e na comunicação com os beneficiários. Esses e outros problemas comprometem a efetividade da política e resultam no prolongamento do tempo em benefícios por incapacidade, na baixa reinserção laboral e no aumento da frustração entre os segurados.

## POLÍTICA AVALIADA

Serviço de Reabilitação Profissional

## RECURSOS ENVOLVIDOS (2024)

R\$ **67,9 MI**

## CICLO DA AVALIAÇÃO

2024-2025

## CONCLUSÕES PRINCIPAIS



Capacitações oferecidas têm pouca relação com as condições de saúde dos participantes e com a demanda do mercado de trabalho local



Fragilidades no monitoramento da política dificultam o aprimoramento do processo decisório informado por evidências e de forma ágil



Comunicação com beneficiários é pouco acessível e não possui canais efetivos de participação social

**C**erca de 9% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência, e seus indicadores de escolarização e acesso ao mercado de trabalho são significativamente piores em relação ao restante da população. A Constituição garante às pessoas com deficiência o direito de não serem discriminadas de nenhuma forma, inclusive em relação a salários e critérios de admissão, e de terem sua integração à vida comunitária promovida pelos serviços de assistência social. Um instrumento para isso é a reabilitação profissional, direito assegurado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, e previsto pela Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada no Brasil em 1991.

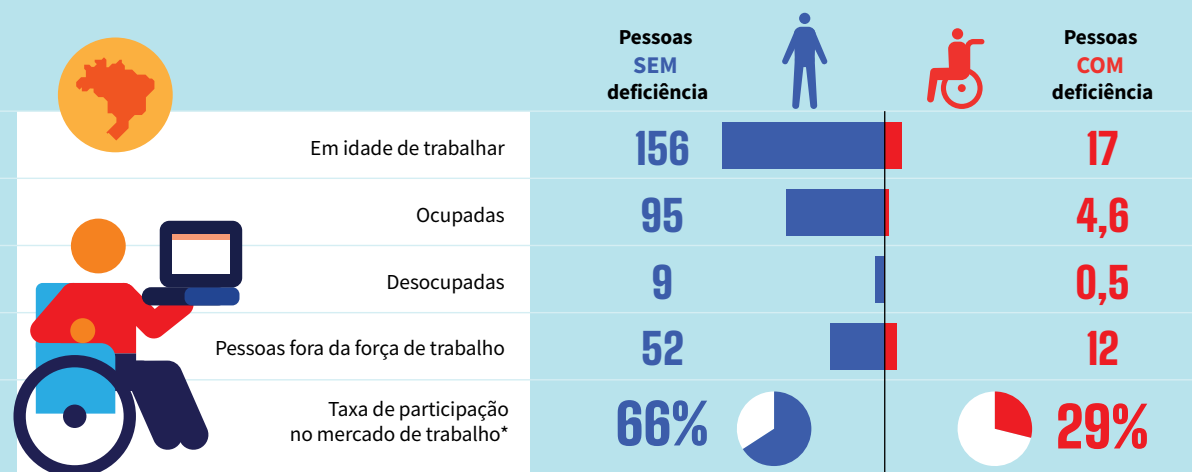
O serviço é prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e visa proporcionar às pessoas com deficiência a aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para reingresso no trabalho. Também prevê, quando necessário para a reinserção, o fornecimento de prótese, órtese ou instrumentos de auxílio para locomoção.

Uma avaliação do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) constatou, porém, que ainda é baixa a reinserção dessa população no mercado de trabalho. Estudos identificados em revisão de literatura acadêmica mostram que o retorno dos reabilitados ao mercado de trabalho atinge algo entre 30% e 50%. Eles também apontam para desafios estruturais e operacionais, que limitam a efetividade da política. Destaca-se, por exemplo, a pouca aderência das capacitações oferecidas às condições de saúde do assistido, ao potencial laborativo e à demanda do mercado de trabalho local.

Outra fragilidade indicada é o fato de os indicadores atualmente utilizados pelo INSS para acompanhar a implementação e os resultados do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP) não permitirem uma avaliação robusta e efetiva. Apesar de existirem métricas como tempo de reabilitação, percentual de conclusão do processo e retorno ao mercado de trabalho, os dados demonstram baixa resolutividade, morosidade nos fluxos e fragilidade institucional para transformar essas medições em melhoria.

Mecanismos de monitoramento como o Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional e as Supervisões

## DADOS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO, POR CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA (em milhões de pessoas)



\*Soma das proporções dos ocupados e desocupados sobre o total em idade de trabalhar  
Fonte: Módulo Pessoas com Deficiência da PNADc 3º trimestre/2022

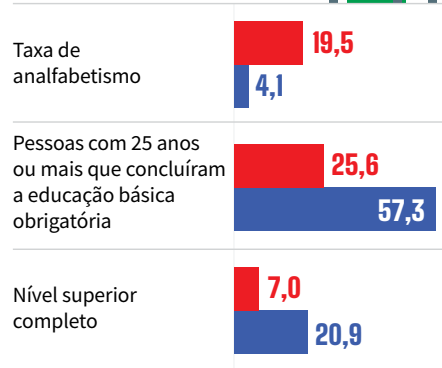
Técnicas não são suficientes para garantir o alcance dos objetivos da reabilitação profissional, seja pela insuficiência de recursos, baixa institucionalização de rotinas ou pela desconexão entre os dados produzidos e o processo decisório. Isso compromete a efetividade da política e acarreta consequências como o prolongamento do tempo em benefícios por incapacidade, a baixa reinserção no mercado de trabalho e o aumento da frustração entre os segurados.

A avaliação identificou que outro instrumento relevante de monitoramento, a Pesquisa de Fixação, não é aplicada à maior parte dos reabilitados. Ela busca identificar, 14 meses após o desligamento do programa, a adaptação ao mercado de trabalho e a efetividade da reabilitação. Mesmo quando realizada, observa-se um elevado número de campos não preenchidos, comprometendo a avaliação dos resultados do programa.

Foi constatado que a gestão da elegibilidade ao serviço é centralizada na perícia médica, sem considerar de forma adequada as desigualdades sociais e territoriais. A comunicação com os beneficiários é ainda pouco acessível e não possui canais efetivos de participação social.

## Nível de instrução Em %

- Pessoas com deficiência
- Pessoas sem deficiência



Fonte: Módulo Pessoas com Deficiência da PNADc - 3º trimestre/2022.  
Elaboração própria.

Um avanço institucional relevante foi observado no campo da governança: a reinauguração do Comitê Gestor da Rede Intersetorial de Reabilitação Integral, em 2025. A iniciativa fortalece a integração e a articulação de políticas voltadas a enfrentar os desafios vividos por pessoas com restrição de funcionalidade, trabalhadores em reabilitação profissional e, especialmente, pessoas com deficiência.

Com fundamento nas evidências da avaliação, foram apresentadas propostas de aprimoramento com foco na articulação interinstitucional entre o INSS e órgãos parceiros, na reformulação do gerenciamento das informações do SRP, no aumento da capacidade de atendimento do Serviço e no fortalecimento da supervisão e monitoramento orientado a resultados.



**CLIQUE AQUI ou acesse o QRCode e leia os relatórios de avaliação desta política**